INTERVENÇÃO FEDERAL — ESTADO-MEMBRO — DECISÃO JUDICIAL

— O descumprimento, por parte de Estado-membro, de decisão judicial que lhe impôs condenação definitiva em sede trabalhista autoriza processo de intervenção federal.

— O credor deve, porém, dirigir ao Presidente do Tribunal do qual emanou a ordem judiciária o pedido de intervenção federal, não cabendo fazê-lo diretamente ao Supremo Tribunal Federal.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Intervenção Federal nº 619

Despacho do Presidente

INTERVENÇÃO FEDERAL N. 619-1
(248)

Proced.: Ceará

Relator: Ministro Celso de Mello (presidente)

Repte.: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

Reqdo.: Estado do Ceará

Reqdos.: Município de Icó/ce e outros

DECISÃO: O E. Tribunal Superior do Trabalho, em comunicação encaminhada à Presidência do Supremo Tribunal Federal, informa que os Municípios e o Estado-membro relacionados no expediente em referência teriam descumprido a norma inscrita no art. 100, § 1º, da Constituição da República.

Consta desse expediente que os Municípios e o Estado em questão, todos definitivamente condenados em processos trabalhistas, não teriam promovido a inclusão, em seus respectivos orçamentos, da verba necessária ao pagamento de precatórios expedidos pelo Tribunal Regional do Trabalho de que emanou a decisão condenatória já transitada em julgado.

Por tal razão, e para os fins a que se referem as normas consubstanciadas no art. 34, VI, c/c o art. 36, II, ambos da Constituição da República (requisição de intervenção federal), o ilustre Presidente do E. Tribunal Superior do Trabalho submete, ao exame desta Suprema Corte, para as providências que entender pertinentes, os ofícios do Tribunal Regional do Trabalho, acompanhados da relação que identifica, no âmbito dessa Região judiciária, os precatórios ainda pendentes de pagamento.

Passo a apreciar a proposta de intervenção federal constante do ofício encaminhado pelo E. Tribunal Superior do Trabalho.

A solicitação emanada da Justiça do Trabalho — no ponto em que busca a requisição de intervenção federal em Município localizado no âmbito de Estado-membro — revela-se insuscetível de conhecimento.

Com efeito, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em julgamento realizado em 17/9/98, ao repelir a possibilidade constitucional de intervenção federal em Município situado em Estado-membro, proferiu acórdão assim ementado:

“INTERVENÇÃO FEDERAL — DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL POR MUNICÍPIO SITUADO EM TERRITÓRIO DE ESTADO-MEMBRO — PROPOSTA ENCAMINHADA PELO TST AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — IMPOSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL — QUESTÃO DE ORDEM — PEDIDO NÃO CONHECIDO.

O CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS IRRECORRÍVEIS IMPÕE-SE AO PODER PÚBLICO COMO OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL INDERROGÁVEL.

— A exigência de respeito incondicional às decisões judiciais transitadas em julgado traduz imposição constitucional, justificada pelo princípio da separação de poderes e fundada nos postulados que informam, em nosso sistema jurídico, a própria concepção de Estado Democrático de Direito.

O dever de cumprir as decisões emanadas do Poder Judiciário, notadamente nos casos em que a condenação judicial tem por destinatário o próprio Poder Público, muito mais de que simples incumbência de ordem processual, representa uma incontornável obrigação institucional a que não se pode subtrair o aparelho de Estado, sob pena de grave comprometimento dos princípios consagrados no texto da Constituição da República.

A desobediência a ordem ou a decisão judicial pode gerar, em nosso sistema jurídico, gravíssimas conseqüências, quer no plano penal, quer no âmbito político-administrativo (possibilidade de *impeachment*), quer, ainda, na esfera institucional (decretabilidade de intervenção federal nos Estados-membros ou em Municípios situados em Território Federal, ou de intervenção estadual nos Municípios).

IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE INTERVENÇÃO FEDERAL EM MUNICÍPIO LOCALIZADO EM ESTADO-MEMBRO.

— Os Municípios situados no âmbito dos Estados-membros não se expõem à possibilidade constitucional de sofrerem intervenção decretada pela União Federal, eis que, relativamente a esses entes municipais, a única pessoa política ativamente legitimada a neles intervir é o Estado-membro. Magistério da doutrina.

Por isso mesmo, no sistema constitucional brasileiro, falece legitimidade ativa à União Federal para intervir em quaisquer Municípios, ressalvados, unicamente, os Municípios ‘localizados em Território Federal...’ (CF, art. 35, *caput*).’’

(IF nº 590-CE (QO), Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU de 09/10/98)

Assim sendo, e considerando não ser possível à União Federal intervir em Município localizado no âmbito dos Estados-membros (como ocorre no presente caso), torna-se inviável dar trânsito, nesta Corte, à proposta em questão, no ponto em que busca obter a requisição de intervenção federal nos entes municipais alegadamente descumpridores de ordens judiciais.

2. Há, contudo, nestes autos, referência ao descumprimento, por parte de Estado-membro, de decisão judicial que lhe impôs condenação definitiva, em sede processual trabalhista.

Não há dúvida de que, em tal situação, revela-se possível a instauração, nesta Suprema Corte, do competente processo de intervenção federal (CF, art. 34, VI, c/c o art. 36, II).

Com efeito, o Plenário do STF, pronunciando-se sobre a questão da competência desta Corte, em tema de requisição de intervenção federal, nas hipóteses de descumprimento de decisões judiciais, fixou orientação que se revela inteiramente aplicável ao caso ora em exame:

“*Cabe exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal a requisição de intervenção para assegurar a execução de decisões da Justiça do Trabalho ou da Justiça Militar, ainda quando fundadas em direito infraconstitucio-*

nal...” (IF 231-DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERENCE).

Mesmo em tal hipótese, no entanto, em que se evidencia, claramente, a competência originária do Supremo Tribunal Federal para apreciar o pedido de intervenção, impõe-se ter presente a jurisprudência desta Corte sobre a matéria, eis que a instauração do processo em causa, perante o STF, supõe a estrita observância de uma indeclinável ordem ritual.

Tratando-se, como no caso, de decisões emanadas de Tribunal Regional do Trabalho, incumbe ao credor do Poder Público a obrigação formal de dirigir-se, previamente, ao Presidente da Corte Judiciária em questão, para, naquela instância, deduzir o pedido de intervenção federal. Se o Presidente do Tribunal — de que emanou a ordem judiciária alegadamente descumprida — entender que a autoridade do julgamento proferido pela Corte está sendo desrespeitada, caber-lhe-á, então, mediante juízo positivo de admissibilidade, determinar o processamento do pedido e o seu ulterior encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal, a quem competirá apreciar a postulação formulada pela parte interessada, e, sendo o caso, requisitar, ao Presidente da República, a decretação de intervenção federal no Estado-membro.

É por essa razão que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, nas hipóteses de alegado descumprimento de decisão judicial proferida por outros Tribunais, tem advertido faltar legitimidade ativa à parte interessada, para, agindo *per saltum*, submeter, desde logo, à própria Suprema Corte, o pedido de intervenção federal contra o Estado-membro devedor (IF nº 555-MG (AgRg), Rel. Min. CELSO DE MELLO).

É que, em tal específica situação, a requisição de intervenção federal — a ser eventualmente determinada pela Suprema Corte — depende da iniciativa formal do Presidente do Tribunal de execução, vale dizer, do Tribunal de que proveio a ordem exequenda (RTJ 120/949, Rel. Min. MOREIRA ALVES). Se este, entendendo incabível a intervenção federal, deixar de admitir o pedido, repelindo-o, “*não pode o STF (...) examiná-lo*” (RTJ 114/443), Rel. Min. MOREIRA ALVES).

Torna-se necessário, portanto, que o credor do Estado provoque, formalmente, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, para que este, agindo nos termos do art. 350, II, do RISTF, venha a submeter, em ato adequadamente motivado, à apreciação do Supremo Tribunal Federal, o pedido de intervenção federal, por inexecução de ordem ou decisão judiciária.

Cabe ter presente, neste ponto, a advertência feita pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

“Intervenção Federal. Legitimidade ativa para o pedido. Interpretação do Inciso II do art. 36 da Constituição Federal de 1988, e dos artigos 19, II e III, da Lei nº 8.038, de 28-5-1990, e 350, II e III, do RISTF.

A parte interessada na causa somente pode se dirigir ao Supremo Tribunal Federal, com pedido de intervenção federal, para prover a execução de decisão da própria Corte.

Quando se trate de decisão de Tribunal de Justiça, o requerimento de intervenção deve ser dirigido ao respectivo Presidente, a quem incumbe, se for o caso, encaminhá-lo ao Supremo Tribunal Federal.

Pedido não conhecido, por ilegitimidade ativa dos requerentes.”

(RTJ 142/371, Rel. Min. SYDNEY SANCHES)

“Intervenção federal por descumprimento de decisão judicial da Justiça dos Estados: ilegitimidade do particular interessada para requerer sua requisição ao Supremo Tribunal: precedentes.”

(IF nº 135-RJ, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE)

Esse entendimento, por sua vez, nada mais reflete senão a orientação firmada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria ora em análise (RTJ 57/156, Rel. Min. BARROS MONTEIRO — RTJ 120/949, Rel. Min. MOREIRA ALVES — IF nº 64, Rel. Min. THOMPSON FLORES — IF nº 68, Rel. Min. ANTÔNIO NEDER — IF nº 94, Rel.

Min. MOREIRA ALVES — IF nº 555/MG (AgRg), Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Uma última observação se impõe: o encaminhamento do pedido de intervenção federal, a esta Suprema Corte, pelo Presidente do Tribunal Regional, deve ser por ele adequadamente fundamentado (IF nº 231/DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE), com a justificação da necessidade de adoção da medida excepcional postulada pelo credor do Estado-membro (IF nº 232-DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE).

O Supremo Tribunal Federal, por mais de uma vez, já decidiu, relativamente a condenações definitivas impostas pela Justiça do Trabalho a Estados-membros ou ao Distrito Federal, que *“O pedido de requisição de intervenção dirigido pelo Presidente do Tribunal de execução ao STF há de ter motivação quanto à procedência e também com a necessidade da intervenção”* (IF nº 230-DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE).

Desse modo, e para que este pedido de intervenção federal — deduzido contra o Estado-membro que figura como devedor — possa tramitar regularmente no Supremo Tribunal Federal, torna-se necessário instruí-lo com as peças que ordinariamente devem constar do processo de intervenção: (a) petição do credor, ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, requerendo o encaminhamento do pedido de intervenção ao STF; (b) a impugnação do Estado-membro a esse pedido, se houver; (c) a manifestação do órgão do Ministério Público que atua perante o TRT e, finalmente, (d) a decisão fundamentada do Presidente da Corte Regional, consubstanciadora do juízo positivo de admissibilidade da pretendida intervenção federal.

Sendo assim, transmita-se, ao eminente Presidente do E. Tribunal Superior do trabalho, o integral teor desta decisão, para que se proceda à complementação indicada.

Publique-se.

Brasília, 03 de novembro de 1998.

Ministro CELSO DE MELLO, Presidente